



A TORTURA A ESTELA

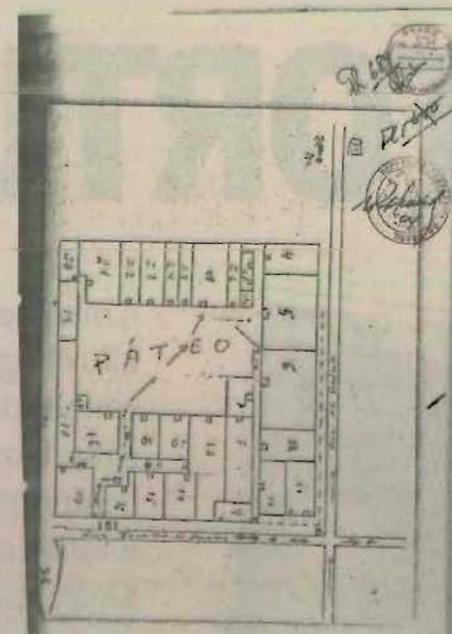
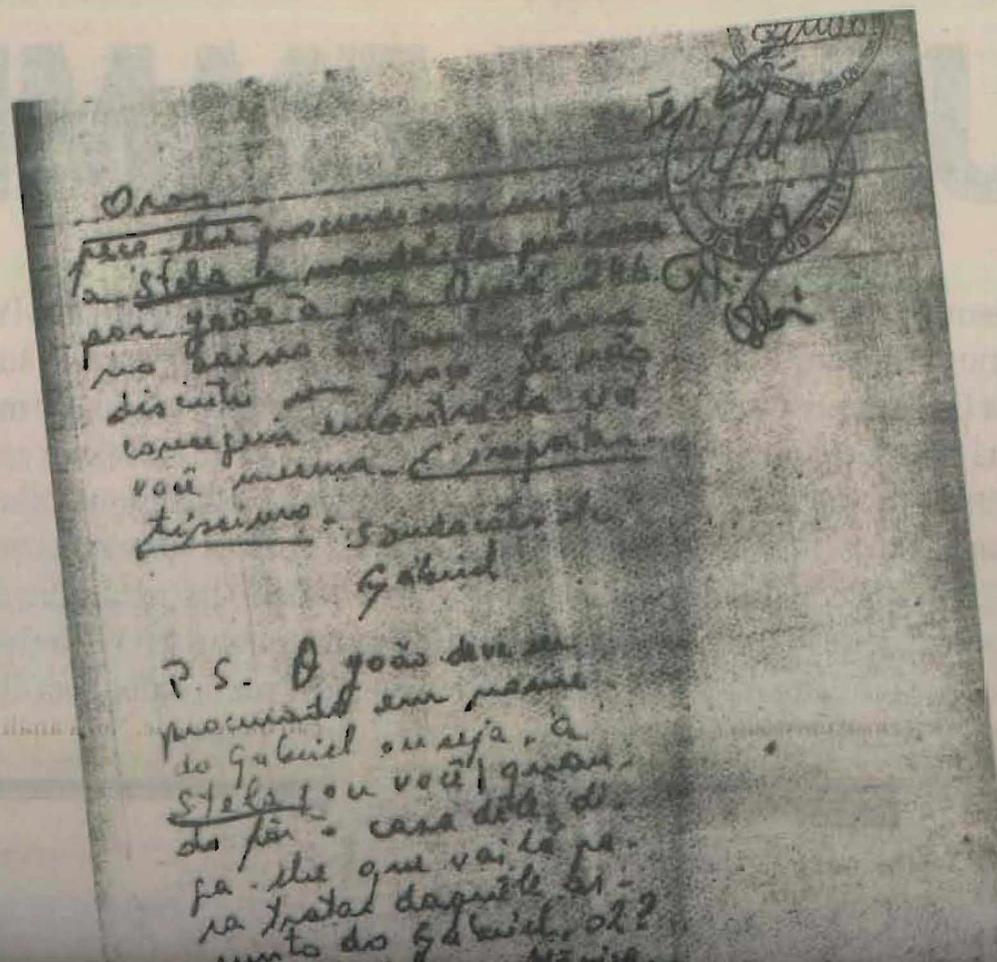
Bilhetes foram a causa do horror

Vinte e duas mensagens endereçadas a militantes políticos levaram Dilma de volta às sessões no pau-de-arara, desta vez, em Minas

» SANDRA KIEFER

“Orós, peço-lhe procurar com urgência a Stela e mandá-la procurar por João, à rua Oruá, 246, no bairro S. Paulo, para discutir um troço. Se não conseguir encontrá-la, vá você mesma. É importantíssimo. Saudações de Gabriel”

A pesar de ter sido escrito na surdina, o bilhete enviado por Gabriel, codinome de Ângelo Pezzuti, principal dirigente da Comando de Libertação Nacional (Colina) em Belo Horizonte, consegue preservar a correção gramatical e demonstrar a urgência do momento. Preso na Colônia Magalhães Pinto, a Penitenciária de Neves, na Grande BH, Gabriel tentava escapar da prisão, como outros companheiros, envolvendo no ousado plano de fuga a jovem militante política Estela, codinome de Dilma Rousseff, que mais tarde seria eleita democraticamente à Presidência do Brasil. Ele pensou que poderia contar também com a ajuda de Orosilinda Maria Taranto Goulart,



Descrição das galerias da Colônia Magalhães Pinto, em Belo Horizonte: plano de fuga interceptado pelos agentes da repressão

Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, que também entrou com pedido de indenização na comissão mineira.

Ao ser levada num camburão

Colina foi dizimada

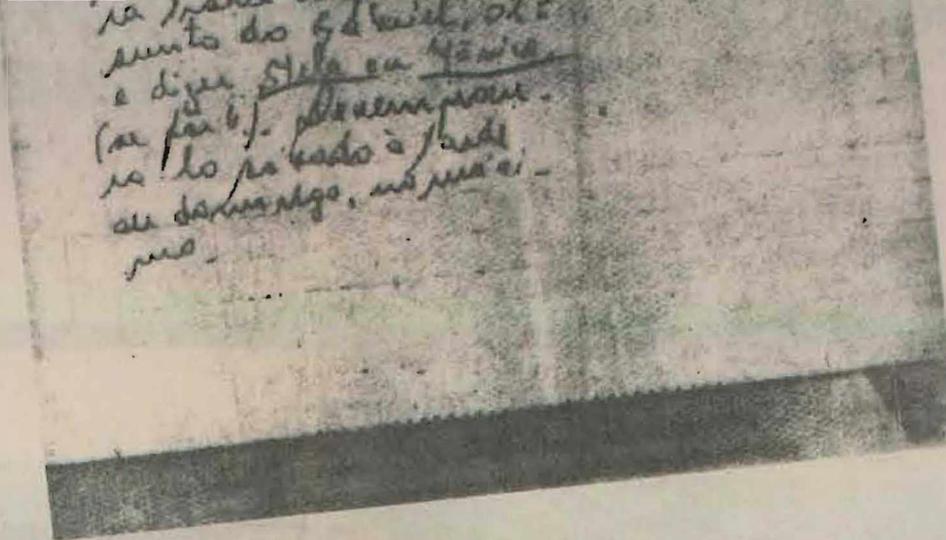
No período em que Gabriel (Ângelo Pezzuti) estava preso e tentava estabelecer contato com Mônica (Orosilinda) e com Estela (Dilma), no início de 1970, a hoje presidente da República já havia deixado a organização de esquerda conhecida como Colina. Sabe-se que, no fim de 1969, o grupo seria praticamente dizimado, com a prisão, a tortura e a perseguição de militantes em Belo Horizonte.

No carnaval de 1969, a Colina já havia sido fundida com a VPR e Estela passaria a adotar o codinome de Vanda. Antes disso, em uma fase de transição para a criação do novo grupo, Colina e VPR foram provisoriamente batizados de Ó Pontinho. “Ainda vai ser necessário mais tempo para que essa história bonita de luta seja entendida sem paixão”, compara José Francisco da Silva, que era secretário adjunto de Direitos Humanos na época e foi responsável por enviar a jovem equipe à capital gaúcha.

ontar também com a ajuda de Oroslinda Maria Taranto Goulart, a Orós, que era do setor operário da Organização Políticos (OPM). Mas a verdade é que a mensagem (leia reprodução nesta página) nunca chegaria às mãos de nenhuma das duas militantes políticas, sendo interceptada pelos agentes da repressão.

Por causa desse e de outros 21 bilhetes endereçados a Dilma (Estela), a Oroslinda (de codinome Mônica) e a outros companheiros de militância, Dilma voltaria a ser torturada, agora nos porões da ditadura de Juiz de Fora, em Minas. Ao descrever os sistemas de troca de guarda, as cinco galerias de celas e inclusive desenhar o mapa da penitenciária, Pezzuti involuntariamente despertou a suspeita de que havia militantes infiltrados em órgãos de segurança de Minas.

“Eu não tinha a menor ideia do que se tratava, pois tinha saído de BH no início de 1969 e isso era no início de 1970. Desconhecia as tentativas de fuga do Ângelo Pezzuti, mas eles supuseram que se tratava de uma mentira”, revelou Dilma, em depoimento até ontem inédito,



Mensagem de Ângelo Pezzuti, sob o codinome Gabriel, que nunca chegaria às mãos de Dilma e de Oroslinda

prestado em 2001 à equipe do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh-MG), segundo publicou ontem com exclusividade o *Correio/Estado de Minas*, revelando em primeira mão os relatos e a dor da própria presidente na prisão em Minas. Pensativa, Estela disse mais: “Talvez uma das coisas mais difíceis de você ser no interrogatório

é inocente. Você não sabe nem do que se trata”.

O resultados dos bilhetinhos foi um só: Dilma voltou a apanhar em Minas, e de forma ainda mais brutal. Os agentes da repressão queriam que Estela contasse o que sabia sobre o plano de fuga dos presos, a qual, aliás, acabou não ocorrendo. “Até tentei ajudar, mas logo depois a

polícia foi atrás de mim. Não deu tempo”, lamenta Oroslinda, que deixou para trás o apelido de Orós e hoje é conhecida como Linda. De codinome Mônica, a ex-militante entrou para a clandestinidade e nunca chegou a ser presa pelos órgãos de segurança. Atualmente, trabalha como chefe de gabinete de outra militante da época, a ministra Eleonora

enização na comissão mineira. Ao ser levada num camburão de São Paulo para Minas, Estela imaginava que seria apenas interrogada, como das outras vezes, pois já estava na fase final do julgamento na auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Juiz de Fora. Mas as sessões de sofrimento, que já haviam acontecido em São Paulo e no Rio de Janeiro, recomeçaram. “A convicção de que haveria traidores no meio policial militar explicavam a violência dos interrogatórios e a intensidade das torturas que, sem cessar, intercalavam, ao longo do dia: pau de arara, afogamento, choques elétricos, palmatória, pau-de-arara, num rodízio infernal e, em alguns momentos, o horror da simultaneidade de todas essas sevícias”, declarou Dilma, quando era ainda secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul e filiada ao PDT. O documento serviu de base para requerer a indenização de R\$ 30 mil concedida às vítimas de tortura pelo Conedh-MG, a primeira comissão do país a reconhecer esse direito, ainda na época do governador Itamar Franco.

época e foi responsável por enviar a jovem equipe à capital gaúcha. Dilma continua contando a história do Brasil depois de 31 de março de 1964, data do golpe militar. “Em Minas, fiquei só com a Terezinha. Um dia, a gente estava nessa cela, sem vidro. Eis que entra uma bomba de gás lacrimogênio, pois estavam treinando lá fora. Eu e Terezinha ficamos queimadas nas mucosas”, continua a presidente. No movimento de esquerda de BH, onde Dilma militava, não há registros conhecidos da participação de uma Terezinha.

E quanto ao estudante da Faculdade de Medicina da UFMG Ângelo Pezzuti, dirigente do Colina? Segundo o grupo Tortura Nunca Mais, ele foi banido do país em 1970, trocado com outros 39 companheiros, inclusive o irmão Murilo Pezzuti, pelo embaixador alemão. Em 1971, encontrou-se no Chile com sua mãe, Carmela Pezzuti, também banida do Brasil por suas atuações políticas. Com o golpe chileno, Ângelo foi para o Panamá e depois para a França, onde moraria em Paris, em 1974, em um acidente de motocicleta. (SK)

Repercussões / Confira as citações na imprensa internacional da reportagem do *Correio/Estado de Minas*, publicada ontem



(Portugal) A Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, foi torturada em longas sessões de espancamentos e choques eléctricos durante os três anos que passou detida às mãos da ditadura brasileira. Rousseff foi sovada, perdeu um dente e sofreu torturas psicológicas como uma simulação de fuzilamento. Já se sabia anteriormente que Dilma tinha sido torturada em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas desconhecia-se que foi igualmente torturada no estado de Minas Gerais.



(Espanha) Dilma foi torturada com choques eléctricos durante a ditadura. Além de eletrochoques, a presidente do Brasil Dilma Rousseff sofreu pancadas que lhe arrancaram um dente, também enfrentando torturas psicológicas com a simulação de fuzilamentos, segundo divulgaram os jornais *Correio* e *Estado de Minas*.



(Argentina) Meios revelam detalhes de torturas a Dilma Rousseff. A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, foi torturada com eletrochoques enquanto permanecia presa durante a última ditadura brasileira, informa neste domingo a imprensa daquele país.



(Espanha) Dilma Rousseff, vítima de tortura. A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, relatou em 2001 a uma comissão de direitos humanos as torturas que sofreu entre 1970 e 1973, quando aos 20 anos militava no Comando da Libertação Nacional (Colina), segundo revelaram os jornais *Correio Braziliense* e *Estado de Minas*.



(Peru) Dilma Rousseff recebeu choques eléctricos e pancadas durante a ditadura brasileira. A presidente do Brasil foi torturada com largas sessões de eletrochoques e simulações de fuzilamento entre 1970 e 1973, quando era militante de esquerda e lutava contra o regime militar, informou hoje a imprensa de seu país.



(Espanha) Dilma Rousseff foi torturada com eletrochoques na ditadura. A presidente foi golpeada até que lhe arrancaram um dente e foi vítima de técnicas de tortura psicológica com a simulação de um fuzilamento, segundo divulgam hoje os diários *Correio* e *Estado de Minas*.



(Chile) A imprensa brasileira revela as torturas sofridas por Dilma Rousseff. A presidente recebeu choques eléctricos durante a ditadura, segundo divulgaram hoje os diários *Correio Braziliense* e *Estado de Minas*.

Contato com torturadores

A passagem de Dilma Rousseff pelo cárcere de Juiz de Fora foi mais mineira, no sentido de reservada, mas nem por isso menos dura. Conforme depoimento pessoal, durante quase um mês Dilma ficou sozinha na cela, na condição de clandestina, sendo torturada em Juiz de Fora. "Fiquei em absoluto isolamento, mantendo contatos apenas com os meus torturadores, entregue a um carcereiro, que também me conduzia ao banheiro, quando conseguia andar. Nesse período, fui submetida, por quase um mês, a interrogatórios e a toda sorte de torturas", revelou a presidente, por escrito, em documentação anexa ao depoimento pessoal, que consta do processo mineiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh-MG).

Nem sob tortura intensa, a então jovem militante política de esquerda, de codinome Estela, confirmou a hipótese de infiltração de colegas da própria organização no meio policial e militar. Tampouco revelou a identidade desses tais militantes infiltrados e nem sequer o nome da organização a que pertencia. Somente em 2001, diante da dupla de estagiários do Conedh-MG, enviados a Porto Alegre para tentar convencer a então ministra de Minas e Energia daquele estado a prestar depoimento à comissão, Dilma revelou o nome de todos os grupos a que pertencera. Em voz alta. "Eu pertenci às seguintes organizações: Colina, Polop, O... (lê-se Ó Pontinho) e VAR. A Polop deu Colina, VPR e POC", afirmou, com todas as letras. (SK)

Presidente prefere ficar em silêncio

» BERTHA MAAKAROUN
» DENISE ROTHENBURG
» RENATA MARIZ

Logo de manhã, antes de deixar o Brasil rumo ao México, onde participa de reunião do G-20, a presidente Dilma Rousseff leu a reportagem do *Correio/Estado de Minas* sobre a tortura por ela sofrida em Juiz de Fora (MG), em 1972, mas preferiu o silêncio. Entre setores do governo e da sociedade civil, entretanto, os relatos contundentes da mandatária do país foram motivo de muita repercussão. Secretário nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça, Paulo Abrão destacou a importância de testemunhos como o de Dilma ao Conselho Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura. "Eles são fundamentais para desconstruir as verdades produzidas pela ditadura", disse ele.

"A riqueza do testemunho de Dilma Rousseff na comissão estadual é recorrente nesses quase 11 anos de julgamentos. Esse caso ajuda a divulgarmos para a sociedade a importância do arquivo das vítimas", afirmou Abrão. A divulgação das torturas sofridas pela presidente em Juiz de Fora (MG) reacendeu, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Minas Gerais, o debate encerrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a anistia ampla, para os dois lados — agentes do Estado e atores da resistência.

"Nós, da OAB, continuamos a entender que a Lei da Anistia não prospera diante da uma situação fática do crime da tortura. Temos de continuar a exigir punição", disse Luís Cláudio Chaves, presidente da OAB-MG.

No mesmo coro, o presidente da OAB no Rio de Janeiro, Wadih Damous, lembrou a importância da Comissão da Verdade, que pretende esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no período da ditadura. "O fato de a presidente ter sido torturada em Juiz de Fora era desconhecido de todos, o que mostra a amplitude e a responsabilidade dos trabalhos que a Comissão da Verdade terá que desenvolver", afirmou Wadih. Ele se disse impressionado com a contundência do depoimento de Dilma reproduzido pela reportagem. "É muito difícil conter a indignação diante do relato da presidente Dilma, em que ela descreve os seus padecimentos sob tortura. São sofrimentos extraordinários que não encontram paralelo no cotidiano das nossas vidas."

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) ressaltou que o episódio de tortura sofrido por Dilma, até então inédito, pode vir a integrar a agenda de trabalho da Comissão da Verdade. "A partir do depoimento dela, a comissão pode investigar a fundo o que ocorreu, existência de outras vítimas", ressaltou o parlamentar. Para o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), conhecer mais um relato



Carlos Moura/CEB/D.A. Press - 13/7/10

Abrão: "Relatos como esses (de Dilma) são fundamentais para desconstruir verdades produzidas pela ditadura"

São sofrimentos extraordinários, que não encontram paralelo no cotidiano de nossas vidas"

Wadih Damous, presidente da OAB do Rio

de tortura sofrida pela presidente da República colabora para a conscientização da sociedade, especialmente no momento em que a Comissão da Verdade começou a funcionar. "Todas essas histórias servem para as pessoas saberem a verdade, os fatos ocorridos, para que eles nunca mais se repitam", destacou o petista.

Márcio Santiago, coordenador executivo da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais, ressaltou ontem a coragem de pessoas como Dilma, de reviverem momentos dolorosos. "São depoimentos que servirão para a história. Essas pessoas que superaram a dor e contam o que viveram contribuem para a história de todos e a história do Brasil naqueles anos tão difíceis", considerou Santiago. Paulo Abrão tem opinião semelhante, destacando os relatos como peças fundamentais na apuração da verdade. "Só a análise

combinada entre esses arquivos das vítimas e os arquivos da repressão, que estão no Arquivo Nacional, pode, de fato, elucidar o que ocorreu no país naqueles anos de exceção", assinalou.

Do total de 60 mil processos julgados, entre os 70 mil recebidos pela Comissão da Anistia desde 28 de agosto de 2001, quando foi instalada, um terço resultou em reparação moral às vítimas, com pedido formal de desculpas do Estado. Em outros 20 mil processos, os cidadãos que sofreram não apenas graves violações de direitos humanos — tortura, execução sumária, massacre, genocídio e desaparecimento forçado — como também violações do tipo monitoramento ilícito, demissões arbitrárias, compêlimento ao exílio, entre outras, tiveram reconhecido o direito a indenizações no valor máximo de R\$ 100 mil, que, juntas, somam R\$ 2,4 bilhões.